**ANEXO A – Transcrição da entrevista realizada via Skype no dia 05/12/2014 com representante da WWF, Daniela Silva.**

**E – Boa tarde, Daniela, gostaria que tu começasses se apresentando e falando sobre teu cargo e desde quando atuas no projeto**

DS – Ok. Bom, Brenda, eu atualmente trabalho na WWF Brasil no Programa Amazônia. WWF é a instituição doadora do programa desde sua concepção e além do papel de doadora a WWF tem também o papel de auxiliar na cooperação técnica do Programa Arpa. Então, eu trabalho aqui no Programa Amazônia, sou Analista de Conservação e contribuo com as questões técnicas do programa e no último auxiliei também com a discussão técnica para uma captação de recursos para a terceira fase do programa um pouco mais a longo prazo, com 25 anos de duração. Eu trabalho agora na WWF, mas atuo junto ao tema Arpa desde 2005, sendo o meu primeiro contato ainda como técnica do MMA, até 2010. Durante esse período tive a oportunidade de participar de parte da implementação da Fase I e de um processo de discussão da Fase II.

**E – Nossa, estás participando do programa há muito tempo, quase desde o início. Então acho que vais poder me responder melhor em relação à origem do Programa. O próprio documento do Arpa fala que ele vai surgir baseado numa aliança entre o Banco Mundial e a WWF em 1998 sobre a proteção de florestas tropicais, certo? No meu trabalho uso algumas variáveis para entender como o programa foi criado e o papel de cada ator e uma delas é a origem da iniciativa. E esse termo defino como de quem é o ator que define o melhor para a transformação social no país, ou seja, qual ator tu achas que determinou o momento melhor para a criação do Arpa no Brasil?**

DS – Então, vou compartilhar com você uma percepção minha, sou aluna do doutorado e também estou escrevendo sobre o Programa Arpa e toda essa parte da origem também estou estudando, mas no âmbito de um programa que auxilie na preservação da biodiversidade. Posso te passar o meu olhar de pesquisadora e outro como instituição. O contexto da discussão que gerou o programa era de muita pressão pela preservação do bioma amazônico sobre o aumento da taxa de desmatamento e um conjunto de instituições preocupadas com esse cenário e talvez naquele momento os atores preocupados eram a sociedade civil e a academia, o governo também, claro, mas num primeiro momento eu diria que ele responde, adere ao chamado desses outros atores.

 O governo ouviu, aderiu e tomou a iniciativa de criar o programa, pois era apenas uma sugestão dos parceiros de fora, isso poderia não ter ocorrido, então acho que é compartilhado.

**E – Então, eu trabalho com dois conceitos: um é a formação de agenda, que coloca o tema em pauta para discussão, e também o de origem de iniciativa que ainda que pareça é mais ligado à ação, aí eu identifico que a WWF, o Banco Mundial e a GTZ tiveram um papel muito forte na formação de agenda. Logo, considerando isso, para ti, o ator que determina o momento para a transformação, consideras quem?**

AS – Nesse sentido de origem da iniciativa a gente tem tanto o governo quanto também o GEF porque teve um memorando de entendimento entre o governo no qual aderiu a essa agência e o GEF disposto a fazer a primeira doação junto com a WWF e a agência da Alemanha.

**E – Entendi. Assim, ainda nesse momento do início do programa, é muito difícil encontrar documentos disponíveis que tratam da formulação do projeto, em relação a isso tens alguma informação de quais atores foram os formuladores?**

AS – A Rosa, na época membro da WWF, e a Adriana Moreira, do Banco Mundial, escreveram com outras pessoas essa fase desde o projeto conceitual em 1998 do Banco Mundial até o primeiro documento que formaliza o apoio do GEF ao programa em 2002. Nunca cheguei a ler o MOU, só mesmo os documentos do primeiro projeto que a gente chama de PAD que é a transferência de recursos do Banco Mundial para o Arpa. Temos a iniciativa WWF-Banco Mundial em 1998 que começa tanto para dar o suporte técnico necessário de um embasamento pra criação desse programa. A proposta inicial foi apresentada ao GEF, o qual sempre teve critérios, e um deles era que seria necessária uma proposta bem substancial que definisse o que precisava ser feito e como. Então, essa proposta em 1998 começa a já desenhar o que vai ser o Programa Arpa. E depois tivemos um memorando entre o MMA e o GEF que na verdade eram compromissos entre ambos. Enquanto o governo assumia o de criar um programa por 10 anos e o GEF de financiar e prestar esse suporte nessa primeira fase com possibilidade de apoio para as fases subsequentes.

**E – Então, talvez a origem da iniciativa me parece após teu relato muito mais emaranhada e interdependente, sendo mesmo uma origem compartilhada.**

DS – Com certeza, até porque pensando no sentido de capacidade técnica, conhecimento e experiência, foi preciso um grupo de pessoas que trabalhassem até que fosse realizada a primeira doação do GEF e nesse sentido teve muito mais participação dos parceiros que só do MMA. Então, ele adere se compromete, mas não tem como fazer isso sozinho, então considero que estão juntos nesse momento, sim.

**E – Outra pergunta que tenho para te fazer é em relação aos papeis dos outros atores envolvidos. A sociedade civil no âmbito da WWF teve grande participação, mas queria saber o que pudeste observar no âmbito das ONGs locais, no sentido da região amazônica.**

DS – Não tenho muito o registro dessa participação por nome, mas o que tenho é que desde a formulação e a primeira fase tinha um assento da sociedade civil e a gente sabe que o desenho do programa era pra ser muito mais de proteção integral de conservação, mas o que aconteceu foi que envolveu também as UCs de uso sustentável, houve toda uma discussão de no sentido de promover uma equidade entre esses diferentes grupos de manejo previstos no SNUC como sustentável e isso deve a uma participação muito forte da sociedade civil que já entra como uma instância de governança e acompanha toda a primeira fase no sentido de prevalecer metas que eram exclusivas de proteção integral. Uma parte aqui desse primeiro documento do Arpa de julho de 2003 (o PAD) mostra quem participou e quem vai participar, houve um workshop para essa discussão. Aqui está citando os que participaram dos estudos técnicos e sociais, então aqui eu tenho: Inpa, Museu Goeldi, Embrapa, CNS, OEMA, CNA, todas citadas aqui.

**E – No tocante ao poder de decisão e de definição de diretrizes achas que tem uma relação entre os doadores e ter mais autoridade?**

DS – Para falar disso precisamos situar em fases e ele teve diferentes momentos. É um programa coordenado pelo Governo Federal, obviamente os doadores tem um assento na instância de governo. A primeira, segunda e terceira fase do Arpa é um projeto, tem componentes, metas e tem que reportar essas metas. Obviamente os doadores vão cobrar do governo e dos executores do programa se aquilo que foi acordado está sendo cumprido. O governo tem a liberdade, autonomia, de criar instrumentos para o alcance das metas. Mas se num momento de implementar ele percebe que tem algo que precisa de alteração, sugere e aí vai ser discutido e alterado se possível. Por exemplo, a meta de criar UCs tinha que respeitar além do rito legal do país alguns fatores como não desalojar nenhuma população, as UCs não poderiam ser criadas sem consultas públicas, entre outras regras, das quais muitas foram inovadoras.

**E – Em relação às inovações que o programa trouxe, quais seriam as principais que poderias destacar?**

DS – Então, a gente tinha um componente de sustentabilidade financeira, um componente de consolidação de UCs e até então não tínhamos um padrão de consolidação, logo, o Arpa que sugere, a estratégica de conservação e investimento. Do ponto de vista da execução, a grande inovação é fazer uma execução fora do governo. É uma parceria público-privada, junto com a Funbio, que garante uma execução na ponta com muito mais agilidade. Então, para que isso ocorresse uma solicitação de demandas da ponta como nas ferramentas de planejamento onde avalia a situação de cada unidade, em que momento de consolidação estão, para onde vão e o que precisam para avançar. Tudo isso foi criado no âmbito do Arpa.

É a primeira iniciativa no âmbito de ter uma conta vinculada, o gestor tem autonomia de gastos locais na ponta, o dinheiro chega mais fácil. Outras são todas compradas via Funbio, tira-se das mãos do governo e da morosidade de atendimento dessas demandas mais urgentes.

 Queria falar também a instância de decisão, que você perguntou antes e a interferência dos doadores. É preciso definir de qual fase se está falando, então em cada fase havia um contexto. Uma primeira fase onde o programa chega praticamente pronto por meio das mãos dos parceiros tendo aí o governo como origem da iniciativa no sentido de falar “sim, eu topo fazer” e todo um desenho por trás que não necessariamente foi discutido e internalizado no governo, mas que ele aceita e adere. A gente [doadores] executa a primeira fase, ao final dessa fase, na transição para a segunda, o governo tenta se apropriar da parte conceitual do programa e cria um documento de governo do Programa Arpa. Até então a primeira fase não tinha um documento de governo, eram só os documentos que garantiam a doação e estabeleciam o Arpa enquanto projeto. Na segunda fase você tem uma apropriação do governo daquilo que é o Arpa, o programa *do* governo federal. Isso começou a ocorrer entre 2008 e 2009, agora estamos na terceira fase com um novo desenho que foca especificamente na estratégia financeira do programa foi realizada.

**E – Então, no âmbito do apoio técnico podes discernir para mim como foi a atuação da WWF nessas fases?**

DS – No momento inicial esse apoio é no âmbito da formulação, da criação do projeto. Já na fase de execução a WWF como representante de doadores é também atuante da cooperação técnica e outras instâncias como o Fórum Técnico discutindo, auxiliando na formulação e implementação de ferramentas que o programa passa a adotar. Questões principais como plano de manejo, nem todos os órgãos gestores da época tinham clareza das diretrizes no processo de elaboração do plano de manejo.

**E – E houve capacitação por meio da WWF?**

DS – Então, no âmbito do Arpa não houve uma ação específica pro programa. A WWF tem suas estratégias de capacitação de pessoas que podem estar dentro ou fora do âmbito do Arpa. Todas as ações são promovidas pelo programa, ou seja, não foi a WWF que fez, mas foi o Arpa que fez a solicitação junto aos parceiros, a WWF era um parceiro, além da GTZ (agora GIZ), um braço de cooperação do KfW.

**E – Como tu classificarias o nível de autonomia do programa: alta, média ou baixa? Principalmente entre os locais e os internacionais.**

DS – Em relação às decisões do programa a autonomia está no âmbito do CP, que tem representantes do governo, dos doadores, dos órgãos executores e dos estados. Você tem então uma autonomia compartilhada. O que a gente tem na ponta é que se você se comprometeu a cumprir suas metas, você tem a autonomia de usar o melhor caminho para alcançar essas metas.

**E – Ainda relacionado a esse tema, achas que a relação entre os atores possui uma hierarquia ou é mais horizontal?**

DS – Acho que não temos um nível de participação horizontal, porque a gente tem, na verdade, papeis distintos destes atores. Como eles têm papeis distintos a autonomia está vinculada ao papel que desempenha, talvez tenhamos uma hierarquia de papeis. Onde temos uma coordenação que é do governo e temos órgãos executores. Temos então uma hierarquia no sentido que o ICMBio é vinculado ao MMA, isso por isso só já é uma hierarquia.

**E – Queria que falasses um pouco das tuas principais observações em relação aos obstáculos.**

DS – A primeira fase passou, teve todo um desafio estrutural, um programa novo, robusto, com várias inovações, cumpriu bem esse papel. No geral, o programa tem mais mérito que problemas. Mas existem desafios que surgem no momento que você está executando. A segunda fase chega para tentar minimizar esses desafios que não necessariamente são totalmente superados, então entramos na terceira fase com desafios novos e antigos. Temos o desafio de melhorar o programa não só no sentido de gestão, mas de resultados de conservação e talvez o maior desafio seja mostrar isso para a sociedade. Muita coisa está se fazendo na ponta e a gente tem poucas ferramentas que demonstram o resultado do programa.

 Na fase III é um desafio ainda maior que foi criada em 2014, o programa foi criado com a meta de 10 anos e 50 milhões de hectares, na segunda fase ampliou a meta para 60, e passou a ser um programa para criar e consolidar 60 milhões hectares, é muita coisa. Então, a terceira fase vem para ajudar o programa a cumprir essa meta. Essa fase passa a ter a duração de 25 anos (2039), cria uma nova instância de governança, além do CP a gente tem o Comitê de Transição, a gente muda a estratégia financeira e o nosso maior desafio é implementá-la. Ela pressupõe que ao longo dos 25 anos as doações vão terminar e o governo federal e estadual tem que dar conta de manter as UCs no patamar de consolidação que os doadores conseguiram colocar. Um desafio muito grande, a área federal e estadual tem que se organizar financeiramente para conseguir. Uma estratégica a longo prazo, de 25 anos.

**E – Em relação às peculiaridades da região amazônicas. O que terias para me falar sobre isso?**

DS – O programa tem amadurecido muito e se adaptado a essa realidade, seja de logística fluvial ou terrestre. O Arpa vai se adequando a isso, coisas que tem pro Arpa e não tem para outras UCs. O fato da conta vinculada, o gestor com autonomia. Tem demandas que a gente só descobriu na hora de executar, como qual o motor que resiste à região amazônica. E às vezes não se pode ir só pelo menor custo, por isso precisamos trocar vários equipamentos nesse processo de aprendizagem. O Funbio tem mais autoridade para falar do assunto.

**E – Daniela, queria agradecer tua disponibilidade, tua paciência e por compartilhar comigo toda tua experiência e queria deixar em aberto para contribuíres com o que achas pertinente e que eu possa ter não mencionado.**

DS – Acho bem legal o tema que você está tratando, essa discussão da origem, acho que muito desse papel dos parceiros desde o início se perdeu no processo de documentação, nem todas as pessoas tenham esse histórico todo documentado, então talvez o seu trabalho ajude a documentar um pouco esse processo. É muito importante definir a linha do tempo, de que momento, de que fase se está falando, pois são contextos distintos. A cada fase ele aprende com o que passou e com estratégias não necessariamente as mesmas das iniciais o que mostra um processo de amadurecimento, ele tem fluência política também. Temos a origem dentro de um contexto, a segunda fase depois de um período de quase 7 anos, com muitas metas atendidas, e nas fases seguintes minimiza esse esforço de criação, talvez por não ter um espaço político que favoreça, num cenário de desenvolvimento diferente que não permite uma estratégia mais agressiva (como na primeira fase).